

# **CLIPPING IMPRESSO**

**22/02/2020**



# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1 - 2
1.2. PRESIDÊNCIA.....	3
1.3. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	4
2. JORNAL EXTRA	
2.1. DECISÕES.....	5
2.2. JUÍZES.....	6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	7
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. DECISÕES.....	8 - 9
4.2. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	10
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. COMARCAS.....	11
5.2. PLANTÃO NO TJMA.....	12

Fotos/Paulo Soares/ Divulgação/Danielle Vieira/Herbert Alves/Marcus Studio/ Miguel Viegas/Ribamar Pinheiro



Deputado Edilázio Jr. e Alina, desembargadora Nelma Sarney, o Repórter PH, Marilena e Parmênio Carvalho



A juíza Noélia Rocha estava uma autêntica indiana



**Desembargadora Nelma Sarney  
(uma autêntica indiana)**

# ALMOÇO DO PH

## *num ambiente profano e sagrado abençoado pelos deuses indianos*

**P**ara o artista plástico Miguel Veiga, autor de algumas das mais lindas alegorias do Almoço do PH Revista, a festa deste ano “estava abençoada por Deuses importantes de uma outra cultura, é bem verdade, mas representam um ‘elo’ de energia muito forte entre os humanos e o Cosmos! A design Cintia Klamt Motta acabou construindo um espaço de convivência entre o profano e o sagrado, com forte predominância deste último! Logo na recepção, o símbolo sagrado do elefante representando a força e superação, forte ligação com um dos principais Deuses, o Ganesha, da conquista e sucesso material! Na entrada principal, estava uma referência a um dos principais Deuses da trindade Hinduísta, o “Shiva”, recebendo e abençoando os convidados, conhecido pela profunda meditação, ele traz em seus mitos, o poder da ‘destruição’ devastadora, para que assim seja procedida a transformação necessária para os ciclos vitais. Portanto, também conhecido como o Deus da transformação!”

Ainda, segundo Miguel Veiga, os deuses

me “livraram de males maiores, foram-se alguns bens materiais, mas as vidas foram preservadas!”

E arremata: “Com Shiva, uma reflexão para as transformações, quem sabe mudanças de habitação? Hora de mudar? Talvez a tua festa tenha sido um grande oráculo, com fluidez pelo belo, estético e o imaginário dos deuses milenares!”

• • •

Lou Marques escreveu em sua página no Instagram: “O jornalista Pergentino Holanda, na comemoração dos 40 anos do PH Revista, trouxe um pouco da Índia para realizar esse incrível baile de Carnaval. Um ambiente com muitos detalhes e significados, onde a decoradora Cíntia Klamt Motta brincou com formas, cores e símbolos captando a essência desse lindo país, dando um presente para os olhos e os corações dos convidados. Cores... música... alegria... marcaram esse lindo encontro. As mulheres se destacaram com seus sáris e camisetas customizadas, trabalhadas com pedras, ornamentos dou-

rados ou prateados, chamando a atenção pelos seus coloridos cheios de brilho e sedução, pois, mais que moda, as vestimentas indianas têm significados e estilos variados. O “bind”, por exemplo, maquiagem utilizada no centro da testa, simboliza a intuição, força feminina e proteção. De acordo com Cidinho Marques, professor de meditação que já esteve duas vezes na Índia, ao energizar esse chakra busca-se o autoconhecimento, a sabedoria e iluminação”.

• • •

Para Tiana Gomes Pereira, vestida num autêntico traje indiano, é “Difícil, muito difícil escrever sobre o que faz um mestre. Pergentino domina a arte das palavras e embora eu as conheça, jamais as usarei de forma que expresse a beleza do que vi. Ele é mestre da criatividade. Muitos querem tornar o sonho em realidade. PH torna a realidade em sonho e por uma noite nos leva a viver em mundos diferentes, lugares estrelados. E por horas, deslumbrados, vagamos pela fantasia que ele nos leva a viver”.



O Repórter PH entre os desembargadores do TJMA, Raimundo Barros, Joaquim Figueiredo, José Jorge Figueiredo e Ricardo Duailibe

# ESTADO MAIOR

## Indeferiu

A juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Luzia Madeiro Neponucena, extinguiu ação do PSTU contra o Governo do Estado pedindo anulação de ato que tornou a comunidade Cajueiro como “área de utilidade pública”.

A magistrada entendeu falta de legitimidade por parte da sigla, por atuar em nome próprio na defesa de direito alheio.

Luzia Neponucena também condenou o partido político a pagar as custas processuais e comprovar o recolhimento em até 15 dias.

## Mantida condenação de ex-prefeito e ex-secretária de Matinhas

Irregularidades apontadas pelo Ministério Público do Estado (MP/MA) nas contas do exercício de 2008 de Buriticupu, época em que o município tinha Antonio Marcos de Oliveira e Isabel Vitória Ferreira como prefeito e secretária de Finanças, respectivamente, levaram à condenação dos dois em primeira instância. Ambos apelaram ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), mas a 1ª Câmara Cível da

Corte decidiu manter a sentença do juiz da Comarca, Raphael Guedes, por entender como configuradas as irregularidades.

De acordo com o relatório, a ação ajuizada pelo MP/MA foi com base em acórdão do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA), que apurou várias irregularidades nas contas, dentre elas, processos licitatórios irregulares; realização de despesas para a prestação de serviços advoca-

tícios; aquisição de material elétrico, móveis e utensílios; peças para veículos e refeições sem a realização de licitação.

O ex-prefeito apresentou manifestação, sustentando que não restou comprovado o prejuízo ao erário, tampouco o dolo na conduta do agente.

O magistrado de primeira instância julgou procedentes os pedidos do Ministério Público e condenou os réus, pela

prática de ato de improbidade, à suspensão de seus direitos políticos pelo prazo de oito anos; ressarcimento integral do dano, a ser apurado em liquidação; pagamento de multa civil, de caráter pedagógico-punitivo, em favor do município, equivalente a cem vezes o valor da remuneração de cada um dos réus; além de proibição de contratar com o poder público por cinco anos.

# Juízes de Timon e Caxias aprendem técnicas avançadas de segurança e autodefesa

Juízes do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) que atuam nos polos judiciais de Timon e Caxias participam, até 20 de fevereiro, do Curso de Formação Continuada em Segurança Institucional – módulo II (nível avançado), organizado pela Escola Superior da Magistratura, sob a supervisão da Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (CPSI-TJMA).

As atividades acontecem no Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Piauí (BOPE/PMPI), em Teresina, reunindo 10 magistrados que já concluíram o módulo I, previamente selecionados pela Diretoria de Segurança Institucional e o Gabinete Militar do TJMA. O diretor de Segurança, coronel Alexandre Magno, coordena a parte operacional do curso, que é acompanhado pelo desembargador Marcelino Ewerton, representante da Escola Superior da

Magistratura.

No total, oito turmas do Curso de Segurança Institucional já foram formadas. Nas anteriores, mais de 200 magistrados das esferas estadual e federal, além de membros do MPMA e Defensoria foram capacitados, em diferentes polos judiciais, com metodologia específica, que consiste na formação para compreender a atual situação de vulnerabilidade do Poder Judiciário e conhecer os principais protocolos de segurança adotados na proteção de magistrados.

“Com a capacitação, a CPSI espera consolidar, a cada treinamento, os conceitos da cultura de segurança que vem sendo implementada no TJMA desde 2013. Essa formação é de extrema relevância para a vida profissional dos magistrados”, ressalta o desembargador Raimundo Barros, presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça

do Maranhão.

O coronel Alexandre Magno acrescenta que o treinamento integra mais uma ação do planejamento estratégico de segurança institucional do Tribunal. “O objetivo é garantir aos juízes que desempenhem suas atividades de forma segura, tendo em vista a crescente onda de ameaças e atentados praticados contra os magistrados, com atenção especial à atuação das organizações criminosas no Maranhão”, pontua.

## **POLÍTICA DE SEGURANÇA**

Com 25 horas de duração, a capacitação faz parte da Política Nacional de Segurança no Poder Judiciário e aborda sobre a segurança de magistrados; política penitenciária, inteligência penitenciária, atuação das organizações criminosas, inspeções judiciais em estabelecimentos penais, além da prática de tiro defensivo.

As atividades de nível avançado compreendem a adoção de estratégias e técnicas de autodefesa que auxiliem os juízes na proteção de sua integridade, por meio da priorização de condutas de segurança preventiva nas mais diversas situações do dia a dia e do trabalho, além de aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos na primeira fase do treinamento.

## **INSTRUTORES**

Participam como instrutores o diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Sandro Abel Souza Barradas; e os agentes de Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), Paulo Roberto Tavares Brandão - diretor-adjunto da Divisão de Operações Especiais e Rômulo Passos de Lima - chefe da seção de capturas da Divisão de Custódia e Polinter, ambos lotados no Departamento de Atividades Especiais.

## TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

# Lourival Serejo participa de reunião de dirigentes



### A REUNIÃO ACONTECEU NO PALÁCIO DA JUSTIÇA DO TJSP, COM A PRESENÇA DE REPRESENTANTES DE 22 TRIBUNAIS ESTADUAIS

O vice-presidente e presidente eleito do TJMA para o próximo biênio, desembargador Lourival Serejo, participou, nesta quinta-feira (20), da reunião de dirigentes de Tribunais de Justiça Estaduais, em São Paulo, ocasião em que foi votada a criação do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça (Codepre).

O Colégio atuará na defesa do Poder Judiciário, especialmente na sua autonomia e independência. Tam-

bém trabalhará em estudos de matérias jurídicas e de questões judiciais com repercussão em mais de uma unidade da Federação, assim como no intercâmbio de experiências funcionais e administrativas, sempre com foco no aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

A reunião aconteceu no Salão Nobre do Palácio da Justiça do TJSP, com a presença de representantes de 22 tribunais estaduais. Os trabalhos fo-

ram conduzidas pelo anfitrião, desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco, presidente do TJSP. O Codepre foi criado após diálogos e debates.

Além da Comissão Administrativa, o Codepre também contará com a atuação de um Conselho Fiscal e Consultivo. Com a criação do Codepre, os integrantes do Colégio se desligarão do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil, composto por presidentes e ex-presidentes de TJs.

## Mantida condenação de ex-prefeito e ex-secretária por irregularidades em contas

Irregularidades apontadas pelo Ministério Público do Estado (MP/MA) nas contas do exercício de 2008 de Buriticupu, época em que o município tinha Antonio Marcos de Oliveira e Isabel Vitória Ferreira como prefeito e secretária de Finanças, respectivamente, levaram à condenação dos dois em primeira instância. Ambos apelaram ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), mas a 1ª Câmara Cível da Corte decidiu manter a sentença do juiz da Comarca, Raphael Guedes, por entender como configuradas as irregularidades.

De acordo com o relatório, a ação ajuizada pelo MP/MA foi com base em acórdão do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA), que apurou várias irregularidades nas contas, dentre elas, processos licitatórios irregulares; realização de despesas para a prestação

de serviços advocatícios; aquisição de material elétrico, móveis e utensílios; peças para veículos e refeições sem a realização de licitação.

O ex-prefeito apresentou manifestação, sustentando que não restou comprovado o prejuízo ao erário, tampouco o dolo na conduta do agente.

O magistrado de primeira instância julgou procedentes os pedidos do Ministério Público e condenou os réus, pela prática de ato de improbidade, à suspensão de seus direitos políticos pelo prazo de oito anos; ressarcimento integral do dano, a ser apurado em liquidação; pagamento de multa civil, de caráter pedagógico-punitivo, em favor do município, equivalente a cem vezes o valor da remuneração de cada um dos réus; além de proibição de contratar com o poder público por cinco anos.

Os recorrentes se insurgi-

ram, arguindo inexistência de atos de improbidade, além da ausência de prova de danos à coletividade, de dolo e de danos ao erário.

**VOTO** – O desembargador Jorge Rachid (relator) analisou as razões do apelo e considerou incontroversas as irregularidades apontadas no acórdão do TCE. Disse que os atos praticados vão além de meras irregularidades, configurando ilegalidades.

O relator acrescentou que, comprovada a utilização indevida de verbas públicas, sem prévia realização de licitação e contrato, configura dano ao erário. O desembargador considerou as sanções pelo juiz em consonância com os julgados do TJMA. Os desembargadores Kleber Carvalho e Ricardo Duallibe acompanharam o voto do relator, negando provimento ao recurso dos apelantes. *(Asscom TJMA)*



**Desembargador Jorge Rachid, relator**

## Corregedoria da Justiça determina virtualização de processos administrativos e investigações sobre magistrados

A Corregedoria Geral da Justiça emitiu uma ordem de serviço que trata da virtualização e migração de processos administrativos e investigações judiciais relacionados a magistrados de primeiro grau. A medida deverá resultar em maior celeridade na tramitação desses autos no órgão.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, determinou que todos os processos e procedimentos administrativos e/ou investigações judiciais em face de magistrados, em tramitação na Corregedoria, ou investigações judiciais sob a relatoria do corregedor-geral deverão ser digitalizados e migrados para o sistema eletrônico de acompanhamento processual.

Na decisão, o corregedor considerou que "a tramitação dos processos no meio eletrônico é medida que contribui para a redução da lentidão na tramitação dos feitos, dadas as facilidades inerentes à prática dos atos processuais em forma digital". Levou em conta, ainda, a necessidade de atender aos princípios da razoável duração do processo e da eficiência, regentes dos atos da Administração Pública, previstos nos artigos 5º, inciso LXXVIII, e 37, caput, da Constituição Federal.

**PRAZO** - Quando se tratar de uma investigação judicial, a digitalização e migração para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) deverá ocorrer no prazo de 60 dias contados da

implantação, no Tribunal de Justiça do Maranhão, do módulo criminal desse sistema. Quando o processo tramitar sob sigilo de justiça, a digitalização e migração será realizada sob acompanhamento e supervisão direta de servidor designado para esse fim.

Para fins de realização dos trabalhos de digitalização e migração dos autos, será utilizada a Central de Digitalização e Migração dos processos físicos para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) das unidades judiciais, em funcionamento nas dependências do Fórum "Desembargador Sarney Costa". *(Helena Barbosa - Asscom CGJ)*



### **Salas da Advocacia**

A OAB Maranhão inaugurou duas novas Salas da Advocacia no interior do estado. A primeira entrega foi no Fórum da Comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão e a segunda no Fórum Juiz Francisco Teixeira dos Santos, na cidade de Paulo Ramos. Ambas contemplam a área de abrangência da Subseção de Bacabal. A atual gestão da OAB/MA preza pela aproximação e diálogo com todos os membros da Casa, dos mais próximos aos mais distantes. Ao todo, nos últimos quatros anos, já foram entregues 73 Salas da Advocacia, entre novas e reformadas, em todo o Maranhão. A ação de entrega das Salas da Advocacia pela Seccional conta com o apoio da Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão (CAAMA).

## Justiça maranhense funcionará em regime de plantão até 26 de fevereiro

Em virtude do período de Carnaval, o Tribunal de Justiça do Maranhão funcionará em regime de plantão até a próxima quarta-feira (26). O Plantão do 2º Grau teve início, ontem, às 18h. O desembargador Raimundo Melo é quem responde pelo plantão do 2º Grau da Justiça estadual durante o período do Carnaval e até 1º de março. Até domingo (23), os servidores plantonistas são Vivian Araújo e Carlos Júnior; no período de

24/02 a 01/03, são Rozalino Costa e Cibele Guimarães. O telefone disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

### **SÃO LUÍS**

No 1º Grau – Comarca da Ilha –, os juízes Márcio José do Carmo Matos Costa (3ª Vara Cível de São José de Ribamar) e Joelma Sousa Santos (auxiliar de Entrância Final) respondem, respectivamente, pelos plantões

Cível e Criminal até domingo (23). Quem auxilia os magistrados são os servidores Fábria Ohana de Oliveira (3ª Vara Cível de São José de Ribamar) e Hugo Leonardo Carvalho (2ª Vara do Júri).

Já no período de 24/02 a 01/03, os juízes Karla Jeane Matos de Carvalho (auxiliar de Entrância Final) e Milvan Gedeon Gomes (auxiliar de Entrância Final) são os responsáveis pelos plantões Cível e Criminal, respectivamente.